



RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS MÍNIMOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE – EXERCÍCIO DE 2025

Na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Condor - RS, em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nos termos do artigo 71 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado (Resolução nº 1.028/2015), submetemos o presente relatório elaborado em conformidade com a alínea “b” do inciso IV do art. 2º da Resolução nº 1.134/2020.

De início, cabe mencionar que Órgão Unidade Central de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 1.176/2001, alterada pela Lei nº 2.102/2013, novamente alterada pela Lei nº 2.657/2020, e regulamentada pelo Decreto nº 087/2001, tendo seus membros designados pelas Portarias nº 071/2024 e nº 127/2025.

A análise realizada pela Unidade Central de Controle Interno teve caráter documental, contábil e financeiro, compatível com a estrutura operacional da UCCI e com o volume de informações disponibilizadas, abrangendo, principalmente:

- Demonstrativos extraídos do SIAPC/PAD (RVE e demais consultas);
- Balancetes da receita e da despesa por fonte de recursos;
- Demonstrativos específicos das Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- Informações fornecidas pela Contabilidade Municipal e pela Secretaria Municipal da Saúde;
- Relatórios e manifestações do Conselho Municipal de Saúde.

Após análise da documentação, relativa ao exercício de 2025, emitem o seguinte relatório e parecer, como segue:



ORÇAMENTO DA SAÚDE

A Lei Orçamentária Anual nº 3.007/2024, de 12 de dezembro de 2024, estimou a receita proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, para o exercício de 2025, no montante de R\$ 58.905.000,00 (cinquenta e oito milhões, novecentos e cinco mil reais), considerando a vinculação mínima constitucional destinada às Ações e Serviços Públicos de Saúde.

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE

Com base na realização da receita no exercício de 2025, apurou-se o montante de R\$ 46.260.761,04 (quarenta e seis milhões duzentos e sessenta mil, setecentos e sessenta e um reais e quatro centavos) referente às receitas que integram a base de cálculo do art. 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal.

Considerando o percentual mínimo constitucional de 15%, o valor mínimo a ser aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde correspondeu a R\$ 6.939.114,16 (seis milhões, novecentos e trinta e nove mil, cento e catorze reais e dezesseis centavos), conforme demonstrativo a seguir:

Recursos Vinculados conforme Art. 198 § 2º, III, da Constituição Federal		
Fonte	Arrecadado	Mínimo Constitucional 15%
IPTU	1.657.247,31	248.587,10
ITBI	1.075.228,65	161.284,30
IRRF	2.064.214,21	309.632,13
ISS	1.878.572,86	281.785,93
FPM	16.775.942,74	2.516.391,41
ITR	3.247.326,00	487.098,90
ICMS	17.397.958,60	2.609.693,79
IPVA	1.970.533,61	295.580,04
IPI / Exportação	193.737,06	29.060,56
Comp. LC 194/2022	-	-
- Deduções da Receita	-	-
Total	46.260.761,04	6.939.114,16

Fonte: SIAPC/PAD – RVE, Item 3.5.1 Base de Cálculo Const. Rec. da Saúde (ASPS)



APLICAÇÕES DOS RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Da análise das despesas realizadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde no exercício de 2025, constatou-se que o Município aplicou o montante de R\$ 14.392.028,81 (catorze milhões, trezentos e noventa e dois mil, vinte e oito reais e oitenta e um centavos), correspondente a 31,11% da base de cálculo das receitas vinculadas, atendendo ao percentual mínimo estabelecido no art. 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 141/2012.

SAÚDE - Percentual a ser Aplicado cfe. Art. 198 § 2º, III, da CF (Mínimo 15% no ano)		
Recurso	Descrição da Sub Função	Valor
1500/1002	Atenção Básica	8.508.844,77
1500/1002	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.224.462,52
1500/1002	Suporte Profilático e Terapêutico	485.207,72
1500/1002	Vigilância Sanitária	176.788,37
1500/1002	Vigilância Epidemiológica	45.823,82
	Informação execução consórcio	44.064,87
	Despesas não Computáveis	(52.903,12)
	RPNP com Insuficiência Financeira	(40.260,14)
Total		14.392.028,81
Gasto Constitucional com Saúde (ASPS) 15%		6.939.114,16
Base de cálculo da Receita da Saúde		46.260.761,04
Percentual Aplicado Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)		31,11%

Fonte: SIAPC/PAD – RVE, Item 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

APLICAÇÃO DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO SUS

Além dos recursos mínimos constitucionais, o Município aplicou, no exercício de 2025, recursos oriundos de transferências da União e do Estado destinados ao financiamento do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme síntese a seguir:



DEMAIS RECURSOS APLICADOS EM SAÚDE	
501 - Outros Recursos não Vinculados	0,00
600 - Transf Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.974.326,40
601 - Transf Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	546.350,66
604 - Transf provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	519.260,18
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	53.540,37
621 - Transf Fundo a Fundo de Rec SUS provenientes do Governo Estadual	932.874,24
636 - Outras Transf de Convênios e Instr Congêneres vinculados à Saúde	0,00
Total (Além do constitucional)	4.026.351,85

Fonte: Balancete da Despesa por Recursos da Saúde

PLANEJAMENTO DA SAÚDE

O Município dispõe de Plano Municipal de Saúde Plurianual vigente de 2022/2025, de Plano Municipal de Saúde, vigente para o período, elaborado e atualizado conforme as diretrizes do Sistema Único de Saúde, desdobrado por meio das Programações Anuais de Saúde – PAS e avaliado por intermédio dos Relatórios Anuais de Gestão – RAG. A elaboração de tais programas em saúde atendem aos art. 97 e art. 99 da Portaria MS/GM nº 1, de 2017.

CUMPRIMENTO DAS METAS DE SAÚDE ESTABELECIDAS NA LDO

As metas priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, no âmbito da saúde, foram analisadas com base nas informações disponíveis, não sendo identificados, no escopo desta análise, indícios relevantes de descumprimento.

TRANSFERÊNCIAS E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, compreendendo tanto os vinculados à arrecadação de impostos quanto os repasses



da União e do Estado, foram executados por meio do Fundo Municipal de Saúde, conforme previsto no art. 167, inciso IV, da Constituição Federal, e nas Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990.

A movimentação dos recursos observou a vinculação legal e a fiscalização do Conselho Municipal de Saúde, nos limites das informações analisadas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício de 2025, o Município realizou alienação de bens vinculados à área da saúde no total de R\$ 143.003,00 (intra-orçamentário), cujos recursos foram devidamente contabilizados e destinados em conformidade com a legislação vigente.

Nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os recursos oriundos da alienação de bens foram aplicados em despesas de capital, observada a vedação de utilização para financiamento de despesas correntes, ressalvadas as exceções legais.

Ressalta-se, ainda, que, tratando-se de bens anteriormente adquiridos com recursos vinculados à saúde, os valores obtidos com a alienação foram reaplicados na própria área da saúde, em atendimento ao princípio da vinculação dos recursos e às orientações dos órgãos de controle.

No âmbito da análise realizada por esta Unidade Central de Controle Interno, não foram identificados indícios de desvio de finalidade ou de aplicação irregular dos recursos provenientes da alienação de bens.

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Com base nos procedimentos de controle realizados, dentro dos limites do escopo desta análise, e considerando os demonstrativos contábeis e financeiros examinados, não foram identificadas irregularidades materiais na aplicação dos



recursos mínimos em Ações e Serviços Públicos de Saúde no exercício financeiro de 2025.

Os registros contábeis analisados refletem, de forma adequada, a execução orçamentária e financeira da saúde, observados os princípios da legalidade, da vinculação dos recursos e da transparência.

Diante do exposto, esta Unidade Central de Controle Interno manifesta-se pela regularidade da aplicação dos recursos vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde.

É o relatório e parecer.

Condor, 18 de março de 2026.

Gianine Schmidt
Agente de Controle Interno
CRA n. RS-036550/O